

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1011692-42.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Sustação de Protesto**
 Requerente: **ANTONIO CARLOS ELIAS RIBEIRO**
 Requerido: **DE SANTIS COMERCIAL LTDA**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Processo nº 1011692-42.2014

VISTOS.

ANTONIO CARLOS ELIAS RIBEIRO ajuizou a presente ação de **INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** em face de **DE SANTIS COMERCIAL LTDA.**, todos devidamente qualificados.

Aduz o autor, que no mês de novembro de 2014 dirigiu-se a uma loja do comércio desta cidade de São Carlos/SP para realizar compras a prazo e ali foi surpreendido com a notícia da existência de uma restrição que constava em seu nome junto ao SCPC. Verificando o apontamento descobriu tratar-se de comando emitido pela empresa requerida em 31/08/2014. Nunca deixou de honrar com seus compromissos financeiros e, inclusive, tal negativação é a única constante nos órgãos de proteção ao crédito. Requereu a antecipação da tutela com a finalidade de determinar a sustação dos efeitos da negativação e a procedência da demanda condenando a empresa requerida ao pagamento de indenização a título de danos morais com as devidas correções além das custas e honorários advocatícios. A inicial veio instruída por documentos às fls. 12/15.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Antecipação de tutela deferida às fls. 22/23.

Devidamente citada a empresa requerida apresentou contestação alegando que: 1) o autor efetuou duas compras em 05/03/2014 e 31/05/2014 no valor total de R\$ 88,25 representados pelas notas fiscais de números: 014618-A no valor de R\$ 25,00, 014618 – B no valor de R\$ 25,00, 014868- A no valor de R\$ 19,13 e 014868 – B no valor de R\$ 19,12 com vencimento, respectivamente, para 04/04/2014, 04/05/2014, 30/04/2014 e 30/05/2014. Desde o vencimento dos títulos seus empregados tentavam a cobrança através de contato telefônico, mas o autor somente efetuou o pagamento em 28/08/2014 comprometendo-se a voltar outro dia para retirar a declaração de quitação do débito que iria apresentar ao SCPC de São Carlos visando a baixa das restrições. Ocorre que o autor não voltou e devido a isso a ré cumpriu com a sua obrigação efetuando a baixa no dia 30/12/2014; 2) não houve dano passível de indenização, pois se ocorreu erro, o mesmo se deu devido a falta de preocupação do autor em resgatar a carta de quitação para efetuar baixa junto ao órgão competente. Requereu a improcedência da ação com a condenação do autor nas cominações de direito.

Ofícios recebidos às fls. 55/57.

As partes foram instadas a produção de provas às fls. 71. A requerida peticionou às fls. 74, mas nada requereu e o autor permaneceu inerte (cf. fls. 75).

É o RELATÓRIO.

DECIDO.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A ré confessa que o autor quitou o débito em 31/08/2014. Nesse sentido, ainda, o documento de fls. 15.

Assim, deveria ter ela própria retirado a restrição em 05 dias, conforme já decidiu o STJ, inclusive editando a recente súmula 548, *in verbis*: “incumbe ao credor a exclusão do registro da dívida em nome do devedor no cadastro de inadimplentes no prazo de cinco dias úteis, a partir do integral e efetivo pagamento do débito”.

A retirada da sobredita “negativação” apenas se deu em 30/12/2014, ou seja, passados quase 4 meses; assim, **a ré agiu de modo irregular.**

Nesse sentido:

Ementa: Dano moral. Hipótese em que o nome do autor foi mantido em órgãos de proteção ao crédito, mesmo após a quitação do débito, por prazo superior a cinco dias úteis. Precedente do C. Superior Tribunal de Justiça, processado nos termos da Lei de Recursos Repetitivos, que prevê como razoável o prazo de cinco dias úteis para a retirada do apontamento. Danos morais configurados. Recurso provido (TJSP, Apelação nº 1006899-27.2014, Rel. Luis Carlos de Barros, DJ 19/10/2015)

Destarte, o autor tem direito à retirada de seu nome dos órgãos dos inadimplentes de forma definitiva e a declaração de inexigibilidade de referido débito.

Já os danos morais não devem ser reconhecidos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Em datas anteriores ao débito aqui discutido (março/2013, maio/2013, maio/2014, junho/2014, julho/2014 e agosto/2014) o autor registrou negativações dos seguintes credores: Luizacred, Lojas Pernambucanas, Tanger e CPFL.

Assim, já não tinha um “Oassis Moral” a salvaguardar.

Nesse diapasão, vêm se posicionando os pretórios.

(...) para deferimento da indenização por dano moral é muito importante o exame da personalidade e das condições subjetivas da vítima... (8ª Câmara do TJSP, 15/09/93, JTJ 150/81) – (Dano Moral, 2ª ed., RT, 1998, p. 427/428).

Em tese, a sensação de ser visto como mau pagador pode representar violação do patrimônio ideal que é a imagem idônea, a dignidade do nome, a virtude de ser honesto, de molde a justificar pleito de reparação por danos morais. Mas, de outro lado, a existência, comprovada, de extensa lista de anotações desabonadoras à parte dita ofendida, em órgãos diversos que buscam a proteção ao crédito, torna-o enfraquecido, por não se vislumbrar onde residiria a mácula que estaria a ferir-lhe a esfera ética – (TAMG – AC 0303105-8 – 7ª C. Civ – Rel. Juiz Lauro Bracarense – J. 16/03/2000).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Como se tal não bastasse, temos a **súmula nº 385 do STJ**: “da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”.

Não pode ser considerado moralmente atingido por um determinado fato, quem já praticou fato de natureza idêntica, ensejando punição semelhante, tal como aconteceu com o autor.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido inicial para **DECLARAR a inexigibilidade do débito**, tornando definitiva a liminar concedida. Oficie-se para o cancelamento definitivo da restrição.

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas processuais serão rateadas entre as partes e cada qual arcará com os honorários de seu procurador, observando-se o disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50 em relação à autora.

P.R.I.

São Carlos, 09 de novembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**